

GT15 - Gênero, deslocamentos, militâncias e democracia

**MULHERES POLICIAIS NAS UNIDADES OPERACIONAIS DA PMSE:
SURPRESAS E MOBILIDADE EM MEIO ÀS PRÁTICAS OSTENSIVAS**

Élida Damasceno Braga

(NPPCS/UFS)

elidabraga74@gmail.com

Aracaju (SE)

Setembro de 2012



RESUMO

Com esta pesquisa, objetivou-se compreender em que medida as mulheres que atuam no serviço operacional da Polícia Militar de Sergipe, com foco em Aracaju, enfrentam as estratégias propostas pelas relações de força estabelecidas no cotidiano do trabalho, a fim de elencar possíveis situações de desrespeito e discriminação, haja vista o modelo de masculinidade ainda ser predominante no cotidiano das práticas policiais ostensivas. A proposta central consiste em estudar o trabalho realizado por mulheres policiais que estão inseridas nas unidades operacionais, como é o caso do Batalhão de Choque, analisando, portanto, as dinâmicas que emergem das relações sociais de gênero. Nesse sentido, a problemática se deu em torno de compreender como o trabalho da mulher nas unidades operacionais, que são lugares construídos de modo masculinizado em seus modelos de ação, ou seja, vistos como redutos masculinos, se caracteriza no âmbito das relações de gênero e poder que ali são estabelecidas. A metodologia utilizada se deu a partir das observações no campo, das nove entrevistas realizadas com mulheres que atuam ou atuaram no policiamento operacional e também por pesquisa documental. A análise permitiu mostrar que a participação das mulheres no trabalho operacional da PM é envolto pela diversidade de poderes estabelecidos, pelo não reconhecimento de determinadas ações em detrimento da manutenção do modelo de masculinidade vigente, mas também aponta novas formas de fazer o policiamento. As mulheres se aliam ao modelo já estabelecido, ampliando-os astuciosamente com os atributos femininos, tais como flexibilidade e atenção. Com isso aumentam a mobilidade das ações, inovando e surpreendendo nas práticas laborais e nas interações sociais.

Palavras-chave: Mulheres policiais. Trabalho. Gênero. Polícia Militar. Policiamento Operacional.

1. Introdução

No mundo do trabalho as transformações são frequentes. As inovações tecnológicas, o mercado e a concorrência acirrada contribuem para que essa dinâmica atinja os mais diversos setores. A inserção da mulher no mercado de trabalho avança conjuntamente com esse processo, perfazendo um campo vasto para estudos empíricos, no qual o papel da mulher, nas várias



esferas de atuação, produz espaço propício para fomentar discussões na área das Ciências Sociais.

Tais transformações ocorrem também no contexto da segurança pública brasileira. Nas últimas três décadas é possível verificar a tentativa de implantar um novo modelo de segurança no país, tendo relevância, segundo Porto (2009), o fato de a violência urbana propagar-se de maneira tal que, a sociedade conclame por ações e decisões por parte do Estado a fim de minimizar a criminalidade e a violência.

Fazem parte dessas características e transformações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas, o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro que data dos anos de 1970 (BRUSCHINI, 1994). Entretanto, a divisão sexual do trabalho limitou uma boa parte dessa força de trabalho. As mulheres eram alocadas em trabalhos tipicamente femininos, tais como, empregadas domésticas, operárias, secretárias, balconistas, professoras, enfermeiras, tendo um número bastante significativo ligado ao setor de terceirização dos serviços que aumentou, consideravelmente, na década de 1980.

No Brasil, a presença feminina nas diversas esferas (trabalho, escola, política, ciências) pode ser vista com maior incidência a partir da segunda metade do século XX. No âmbito acadêmico, os estudos de gênero passam a ocupar lugar de destaque nas ciências sociais, mas as discussões sobre o trabalho da mulher nas polícias militares é ainda mais recente. Elas começam a se tornar visíveis no fim do período ditatorial, início da década de 1980, e, desde então, a disputa por esse espaço de trabalho vem se consolidando. Trata-se de um processo lento e gradual, haja vista o modelo de masculinidade amplamente difundido no seio da instituição, provocar conflitos. A análise da presença da mulher no processo de trabalho da instituição polícia militar vem, portanto, propor articulações para as questões de gênero suscitadas nesse contexto. Como exemplo desses avanços tem-se a participação das mulheres nas equipes do policiamento operacional, para o



qual são gerados conflitos cotidianos que merecem uma análise sociológica aprofundada.

Atualmente, a Polícia Militar de Sergipe conta com um efetivo de 5455 policiais. Destes 320 são mulheres. A escolha do universo de pesquisa, o Batalhão de Choque de Sergipe, se deu pelo fato de ser uma unidade operacional caracterizada por condutas específicas e características rígidas muito comuns aos padrões masculinos, o qual conta em seu quadro de efetivo o total de 180 integrantes, dentre estes 06 mulheres. O marco teórico da pesquisa se ampara em autores como Michel Foucault, Michel De Certeau que trabalham relações de poder a partir das práticas cotidianas com ênfase na demarcação de aspectos como as estratégias propostas e as táticas que se movimentam mediante as possibilidades. Buscou-se também em Axel Honneth amparo para as discussões que envolvem o reconhecimento (ou não) das ações praticadas no policiamento ostensivo sob as concepções de gênero.

Nesse sentido, as observações realizadas através da inserção no universo de pesquisa, bem como a análise dos discursos dos envolvidos, nos propicia entender os aspectos e percepções presentes no cotidiano policial, as competências e habilidades necessárias para o exercício de suas funções; os tipos de atividades executadas, bem como a busca por reconhecimento vivenciada no cotidiano laboral.

Desse modo, a relevância deste trabalho está em dar visibilidade às possíveis diferenças de gênero que permeiam o trabalho policial. Vale salientar que o Interesse por essa pesquisa surgiu das minhas inquietações e vivências enquanto integrante da instituição, bem como da curiosidade acerca da incorporação das mulheres policiais em Sergipe e pelo fato de estar em um ambiente no qual a concretização da masculinidade, do que é esperado desta, é o paradigma a ser seguido. Esse contraste de estar em um local apenas pensado para homens, onde a base para o bom desempenho profissional é atrelada a atributos tipicamente masculinos, me instigou a compreender e saber mais sobre esse universo empírico que se abriu, sobremaneira, às oportunidades de observações.



2. Aspectos históricos: condicionantes para a inserção das mulheres nas polícias e os pilares das organizações militares

A inserção da mulher no mercado de trabalho avança conjuntamente com o processo de mudanças das últimas décadas, perfazendo um campo vasto para estudos empíricos. Tem no papel da mulher, nas diversas esferas de atuação, espaço propício para fomentar discussões na área das Ciências Sociais, para o qual as transformações ocorridas incidem também sobre o contexto da segurança pública no Brasil.

Durante a década de 1950, foi criado em São Paulo, o “Corpo de Policiamento Feminino”, sendo este o estado que primeiro abriu espaço para as mulheres no campo da segurança pública (SOARES, 2005). A partir de 1970, as polícias brasileiras passaram por um processo de militarização, associando isso aos padrões de burocratização excessiva. As mulheres foram inseridas nesse contexto com o intuito de amenizar a imagem da segurança pública em tempos de ditadura militar. A elas eram atribuídas às tarefas de humanização da polícia, a fim de reconstruir uma imagem menos repressiva da polícia. Eram, portanto, o cartão de visita da instituição. Havia espaços e afazeres determinados, utilizando-se da imagem da mulher maternal, feminina, condições que lhe foram naturalmente atribuídas ao longo da história. Logo, para uma instituição basicamente composta por homens, na qual padrões de virilidade e força eram amplamente difundidos, pensar em mulheres fazendo uso de armas de fogo, desenvolvendo trabalho ostensivo, que é a finalidade das Polícias Militares, era algo bastante improvável.

Para sustentar essa ordem estabelecida, buscou-se na visão e organização do mundo militar os princípios norteadores da hierarquia e disciplina. Isso porque atuam em todas as esferas da vida social militar. O poder que é distribuído e normatizado nas instituições militares vai desde a



divisão de tarefas e papéis a serem desempenhados às relações de poder com base na obediência às ordens estabelecidas (LISTGARTEN, 2002).

De fato, a hierarquia é ordenada de acordo com postos e graduações ou, quando se trata dos pares¹, é definida por antiguidade. Aos dois segmentos, os oficiais e as praças cabem, segundo o regulamento vigente, as devidas atribuições. Aos oficiais o exercício de comando, chefia e direção da organização policial e às praças a execução das ordens estabelecidas. Contudo, a hierarquia se mantém em todas as esferas, pois mesmo quando estão em igualdade de patentes prevalece a antiguidade² (ARANHA, 1997).

A disciplina, por sua vez, adentra e molda a massa desorganizada com o objetivo de atender os fins que a instituição requer. Ela traz em si a função de construir corpos submissos e adaptados aos objetivos institucionais, inibindo ações motivadas por interesses individuais (LISTGARTEN, 2002). Com isso, a autora explicita como a subordinação hierárquica define o que é apropriado ou não para cada situação prática, contribuindo para cumprimento das ações e manutenção da disciplina.

Dito de outro modo, a hierarquia e a disciplina são consideradas os pilares das organizações militares e têm por finalidade tornar os corpos, que ali se encontram submetidos ao regime, em “corpos dóceis”³. Visto que, “O sucesso do poder disciplinar deve-se, sem dúvida, ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame” (FOUCAULT, 1987, p. 153).

Segundo Takahashi (2002), a disciplina e a hierarquia constituem o caráter central da identidade militar. A autora coloca que a mulher, ao entrar em uma instituição militar, incorpora os vários papéis existentes no espaço institucional, constituindo-se em militares e não mulheres militares. Assim, a mulher foi incluída no contexto da atividade policial militar, com intuito de

¹ Pares no sentido de pertencerem à mesma graduação.

² Muito comum ouvir entre conversas de policiais uma frase que já se tornou adágio popular: “antiguidade é posto!”.

³ Termo cunhado por Michel Foucault.



desenvolver trabalhos burocráticos e, quando muito, de cunho social. Logo, a ideologia de ser naturalmente inferior aos homens ainda a mantém longe do trabalho ostensivo.

Portanto, depreende-se que a disciplina é fundada nos padrões da hierarquia, ou seja, nas relações de poder verticalizadas, e é utilizada como técnica de controle dentro das instituições policiais. Através desses dois pilares são desenvolvidos inúmeros tipos de relações de poder que se mantêm no âmbito dessas instituições em todos os contextos existentes.

3. Instituições militares: o processo de socialização movimentando as estruturas de poder

Para compreender o cotidiano de uma instituição policial foi utilizado o aporte teórico dos estudos de Erving Goffman por tratar das interações sociais cotidianas. As instituições militares, que são caracterizadas como instituições totais⁴, nas quais os indivíduos são isolados da sociedade, tendo suas atividades concentradas e normalizadas, foram, então

[...] estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais: quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colônias e grandes mansões do ponto de vista dos que vivem nas moradias dos empregados (Goffman, 1974, p. 17).

⁴ Instituição total definida como um lugar de residência e trabalho no qual um grande número de indivíduos, colocados na mesma situação, separados do mundo exterior por um período relativamente longo, levam juntos uma vida reclusa cujas modalidades são regulamentadas de forma explícita e minuciosa.



Ainda de acordo com este autor, os indivíduos ao ingressarem nessas instituições são separados da sociedade por um período de tempo, estando em igualdade entre si. Tais grupos são submetidos a uma rotina rígida, horários inflexíveis, atividades coletivas, debaixo de autoridade rigorosa, tendo por finalidade mantê-los sob vigilância. Assim, sendo a Polícia Militar um ambiente cercado de simbolismos nas relações de poder tem-se, logo de início, lutas a serem travadas nas relações que ali se desenvolvem, sejam elas hierárquicas ou não.

Segundo Pinto (1996), os policiais militares passam por um intenso processo de socialização, o qual tem por principal objetivo construir barreiras entre o mundo interno e externo aos quartéis. Assim, o curso de formação pode ser entendido como ritual de passagem, a fim de que se desenvolva o modo de vida militar limitado aos que se encontram na cadeia de relações de comando-obediência. Como resultado, a todo o momento é cobrado dos recém-chegados que se submetam cegamente às ordens, sob pena de estarem sendo observados e avaliados através de exames rigorosos, ou seja, o tempo todo eles buscam se inserir, bem como a aceitação através das normas a serem cumpridas, ou seja, a adequação ao ambiente. Para Goffman (1974), o ritual de passagem se caracteriza pela mortificação do eu, quanto aos novatos são colocadas barreiras para que se destituam de si mesmos, estando, dessa maneira, inseridos no contexto militar.

Tais práticas dentro das instituições policiais são constitutivas do que Foucault (1987) chama de adestramento, ou disciplinarização. A essa sociedade disciplinar, compete à função de docilização dos corpos, a fim de torná-los úteis por meio do poder disciplinador.

O poder, segundo Foucault (2003), configura-se como um lugar estratégico na sociedade, um tipo particular de relação que influencia e modifica a conduta dos indivíduos. A diferenciação do poder está no fato de que alguns indivíduos podem mais ou menos determinar a conduta de outros, entretanto, não de modo repressivo, usando força física, mas pelos atributos de



dominação. Essa conjuntura de poder pode, também, desencadear, segundo o autor, resistência e recusa, quando não há sujeição de uma das partes aos propósitos estabelecidos dentro das relações. Isso contribui para que as relações de poder sejam complexas e produtoras de outros poderes. Assim, o controle dos corpos se dá por técnicas outras que não seja mais a violência física em si, como já fora na época dos espetáculos punitivos⁵.

Através da dominação masculina, ou seja, dos atributos referentes à masculinidade, amplamente difundidos na sociedade, processos corporais significativos e diversos foram se naturalizando no cotidiano das relações. Processos estes que se utiliza de um poder que é exercido sobre os corpos sem a necessidade, no entanto, de força física. Desta maneira, a violência simbólica aparece camuflada na naturalização de certas posturas adotadas (BOURDIEU, 1999).

Para Foucault (1988), tanto os homens como as mulheres são construção e consequência de uma estrutura de poder. São elementos que se constituem em estratégias de poder, como por exemplo, quando os homens definem-se a si próprios e veem as mulheres como o outro deles mesmos, ou seja, diferentes. Segundo esse autor o poder pode ser exercido negativamente quando se anula, censura e proíbe, mas também no sentido positivo quando se permite a criação e a fala. Não se tratando, portanto, de um poder fixo atrelado às estruturas fixas, mas um poder que permite ação, resistência e que se movimenta em vários tipos de relações.

Desse modo, podem-se utilizar das relações de poder como um conceito para mapear as relações de gênero e as disputas que sobrevêm destas. Através dessas relações é possível reconhecer as estratégias que homens e mulheres utilizam para conviver e também tomar posições em

⁵ As punições físicas, os castigos-espetáculos foram por muito tempo o foco principal do processo penal. Ao se punir o corpo esperava-se desviar o homem do crime. Com o desaparecimento dos suplícios e o nascimento das prisões, surgiu a supressão da liberdade que, de certo modo, também pune o corpo com sua vigilância, privação, mas, na forma abstrata da lei (FOUCAULT, 1987).



determinados espaços da sociedade, além da possibilidade de se reconfigurar a visão da mulher subordinada ao homem (CAPELE, 2010).

De acordo com Certeau (1994) as estratégias são organizadas tendo como ponto de partida o poder que, na verdade, é o cálculo das relações de força com tipos específicos de saberes para determinar e conquistar um lugar para o sujeito dentro da perspectiva do querer/poder. Essa conquista acontece dada as circunstâncias nas quais os indivíduos podem influenciar e também reinventar aquilo que o influencia, ou seja, criando táticas capazes de subverter aquilo que ora o domina.

4. Mulheres policiais no âmbito das relações de poder

Em Sergipe, o ingresso das mulheres nos quadros da Polícia Militar deu-se no final da década de 1980. Duas são as maneiras de ingressar na Polícia Militar de Sergipe, pelo quadro das praças ou pelo quadro de oficiais. A divisão hierárquica determina o trabalho que, segundo Calazans (2003), aos oficiais são atribuídas às formas de se pensar sobre a polícia e às praças os atributos da eficiência da ação, ou seja, a execução das ordens.

Os dois quadros de acesso, no entanto, são oferecidos por concursos públicos específicos, ingressando como alunos de soldados ou cadetes, respectivamente. As primeiras mulheres da PMSE foram inseridas no Curso de Formação de Oficiais (CFO), no ano de 1989, em Pernambuco. Em Sergipe ainda não há Curso de Formação de Oficiais. Desde então, elas têm, efetivamente, feito parte de todos os quadros de acesso da corporação. Em 1989, também, foram enviadas mais duas mulheres, desta vez ao Estado do Pará para o Curso de Formação de Sargentos (CFS), passando,



posteriormente, o processo de formação a ser executado no CFAP⁶ - Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da PMSE, que tem como finalidade a formação, aperfeiçoamento, habilitação, e especialização dos quadros das Praças⁷ dando início às turmas do Curso de Formação de Soldados (CFSd). A primeira turma de mulheres data de 1993, na qual foram formadas 41 alunas⁸.

Ao entrar nesses espaços públicos, as mulheres, defende Calazans (2003), transformam estes espaços colocando novas questões na pauta das discussões do cotidiano social. A visão contemporânea de cidadania associada ao bem-estar social vai favorecer a emergência dos movimentos sociais antes reprimidos pelo regime militar, dando lugar à busca pela igualdade em oposição à antiga segregação social (NEVES, 2002). Tais transformações dão margem para se pensar várias questões que demandam por justiça social, nos diversos espaços de trabalho, a partir da luta por reconhecimento, como veremos mais adiante. Tal questão abre a possibilidade de que se reconheçam as especificidades da mulher, bem como a questão de que as mulheres tenham oportunidades de acesso a todos os direitos, recursos e capacidades sem que precise se comparar aos homens, dentro de um contexto desigual (CORNELL, 1999 apud RODRIGUES, 2010).

Segundo Scott (1988), os termos igualdade e diferença fazem parte de uma relação paradoxal, para os quais se levantam em um mesmo eixo questões como aceitação e rejeição da identidade de grupo quando se é discriminado; ao mesmo tempo em que se nega também se reproduz as demandas por inclusão. Isso, segundo Matos e Cypriano (2008), perfaz uma nova forma de apreensão no campo dos estudos de gênero, nos quais não se encontram padrões determinados e fechados, mas que se apresentam diante da diversidade, do pluralismo e de uma justiça social complexa.

⁶ A fundação do CFAP consta na Lei Estadual Nº 2.234 de 10 de novembro de 1979, publicado no Diário Oficial do Estado de Sergipe Nº 18.537 de 11 de dezembro de 1979.

⁷ Segundo Regimento interno da Unidade de Ensino.

⁸ De acordo com BGO Nº 225 de 14 de dezembro de 1993 que publicou a Ata de Encerramento do Curso de Formação de Soldados PM/BM – Masc/Fem . O curso iniciou com 381 alunos no total. Destes, 26 alunos foram desligados ao longo do curso. Nos desligados havia oito mulheres. Desse modo, o curso que começou com 49 mulheres formou 41.



Souza-Lobo (1991), por sua vez, observa que a importância das análises que tem por objeto as práticas sociais nas quais as relações de gênero se constroem, são as relações que implicam, principalmente, nas hierarquias, ou seja, relações de poder que se constituem em poderes nas sociedades. Poder este que “é distribuído de maneira desigual entre os sexos, cabendo às mulheres uma posição subalterna na organização da vida social” (SORJ, 1992). Assim, podemos pensar a subordinação feminina dentro de um contexto de relações hierárquicas sob esses aspectos. No caso das mulheres policiais, isso é ainda mais reforçado, por conta das relações de poder e hierarquia que compõem a instituição.

Logo, através das condições em que tais relações se dão é possível articular questões em torno do que é justo e injusto. O reflexo disso é permitir que a noção de discurso apareça como produtora de conhecimento, bem como constituinte da diferença sexual a partir dos discursos que a legitima, a exemplo do discurso masculino que estabeleceu a inferioridade física das mulheres, estabelecendo desigualdades (SCOTT, 1999).

Essas desigualdades, por sua vez, atingem o âmbito das relações sociais e vão além, fazendo-se necessário que a sociedade reconheça e adote medidas que visem garantir ao sujeito que se constrói ter sua autoestima preservada, podendo este (a) pensar-se a si próprio (HONNETH, 2003). O autor aponta alguns entraves, dos quais partem a luta por reconhecimento. São modos de desrespeito que impedem o indivíduo de chegar à realização. Dentre elas, a referência negativa, a falta de respeito por parte de certos indivíduos ou grupos; a negação de direitos que diminui a autoestima; e situações que afetam a integridade corporal dos sujeitos, bem como sua autoconfiança.

A partir de experiências individuais de desrespeito pode-se considerar a posterior participação coletiva, pois o que se origina como descontentamento individual se propaga para a coletividade através do conflito, dando impulso para a resistência social, para a qual se passa a enxergar e reivindicar o reconhecimento de relações sociais mais justas. Está, dessa



maneira, caracterizada a luta por reconhecimento. Para Honneth (2003), esse sentimento coletivo de injustiça nasce quando bens específicos de um grupo não são reconhecidos por outros. As formas de reconhecimento demandadas dos conflitos sociais cotidianos surgem, portanto, quando o desrespeito por parte de alguns impede a formação pessoal de identidade.

Na dimensão desse debate podemos pensar os espaços operacionais da Polícia Militar, nos quais as dimensões das relações cotidianas, os discursos produzidos, os entraves e conflitos vivenciados por homens e mulheres em toda sua pluralidade ainda estão pouco explicitados.

Deste modo, com os avanços e conquistas de mulheres que adentram em carreiras tipicamente masculinas, mais e mais mulheres policiais conquistam espaço no serviço operacional, desempenhando funções anteriormente impensáveis para a mulher.

5. Mulheres e o policiamento operacional

Mais de vinte anos se passaram desde a inserção de mulheres nas polícias brasileiras e várias mudanças ocorreram no mundo do trabalho. Necessidades surgiram em diversos pontos do contexto abordado. As contribuições vistas sob a perspectiva de gênero nos ajudam, no entanto, a pensar e compreender a situação que as mulheres viveram e vivem quando se abordam as questões de policiamento, principalmente o policiamento operacional⁹, ou seja, a atividade fim da Polícia Militar. Segundo Capelle (2006), as mulheres estão debaixo de diferentes visões sociais, em posicionamentos diversos frente à realidade existente, despertando, nas

⁹ Atividade de manutenção da Ordem Pública executada com exclusividade pela Polícia Militar, observando características, princípios e variáveis próprias, visando à tranquilidade pública (Manual Básico de Policiamento Ostensivo, Exército Brasileiro)



mesmas, uma reflexão para a qual pode haver tanto a transformação como a acomodação ao modelo já existente.

Em Sergipe atualmente, a Polícia Militar conta com um quantitativo de 320 mulheres policiais num universo de 5455 policiais¹⁰. Isso significa que as mulheres representam, aproximadamente, 6% do efetivo geral. Pouco mais de 11% do efetivo feminino está empregado nas unidades operacionais. Nesses pouco mais de vinte anos, pode-se perceber que a participação feminina na Polícia Militar gera inquietações, novas formas de pensar o modo de trabalhar, bem como conflitos que se espalham em diversas vertentes.

Os espaços ocupados dentro das viaturas por homens e mulheres policiais perfazem uma rotina na qual atenção e cuidado com o outro são elementos constantes. Observando os componentes de uma equipe em uma situação de abordagem, na qual os níveis de estresse são elevados, pode-se perceber a importância de se estabelecer confiança mútua na equipe. O posicionamento de cada um, a atenção aos comandos específicos, o perigo iminente de morte ao se realizar, por exemplo, uma abordagem a um veículo suspeito, com vidros levantados, sem que se saiba o que poderá acontecer, revelam circunstâncias extremas nas quais o entrosamento, o discernimento e repito, a confiança mútua se tornam elementos cruciais na rotina de trabalho do patrulhamento tático desenvolvido pelo Batalhão de Choque.

Algumas características individuais devem ser elencadas para um bom desempenho do policiamento operacional, tais como a observação. Um bom observador compreende um ambiente na sua totalidade e tende a ser um bom policial. Outra é a atenção, pois ao mesmo tempo em que ele ou ela precisam estar totalmente focados no que eles estão fazendo, a visão periférica tem que estar acionada de modo que não perca o domínio do ambiente. Observação, atenção, poder de decisão. Em determinadas situações, situações de perigo real, por vezes a questão da hierarquia desaparece e prevalece que tem mais equilíbrio. Outra boa característica para um bom policial é uma boa

¹⁰ Dados obtidos junto à PM1.



oratória, uma pessoa que se comunica bem, haja vista o policial ter como missão o contato direto com a sociedade, dentre suas atribuições.

As atribuições do patrulhamento tático motorizado são, entre outras, a recobertura de área¹¹, saturação, prevenção e também a repressão em áreas com altos índices de criminalidade. São desenvolvidas ações de abordagens a veículos, pessoas e locais; escolta e proteção de dignitários, presos, testemunhas, segundo regras definidas pela corporação para o policiamento.

Para além de dar apenas visibilidade à trajetória das mulheres policiais, a pesquisa procurou compreender como os conflitos gerados nas práticas desses atores envolvidos no cotidiano laboral afetam o contexto do policiamento operacional. Nesse movimento, observam-se através das estratégias impostas, as táticas desenvolvidas para o estabelecimento e ampliação do número de mulheres no serviço operacional. Dar visibilidade a essas táticas, a toda essa movimentação em torno das relações de trabalho.

6. Procedimentos metodológicos

Para a realização de uma investigação planejada em etapas ordenadas de acordo com os objetivos para este estudo, os procedimentos adotados foram entrevistas semi-estruturadas e o registro de observações diárias no Batalhão de Choque de Sergipe no cotidiano da unidade. Outro recurso metodológico utilizado foi o depoimento pessoal, no intuito de alargar a perspectiva de interpretação e compreensão das práticas que foram observadas no cotidiano do Batalhão de Choque.

¹¹ Aracaju e os municípios da Grande Aracaju, Barra dos Coqueiros, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro são divididos por áreas de atuação. Essas áreas possuem viaturas do policiamento ordinário que estão incumbidas de realizar o policiamento. Quando há demandas específicas nessas áreas, já cobertas, há a recobertura da área através do policiamento tático motorizado realizado pelo BPChq e RP.



A escolha do universo de pesquisa, o Batalhão de Choque de Sergipe, se deu pelo fato de ser uma unidade operacional caracterizada por condutas específicas e características rígidas muito comuns aos padrões masculinos. A presença das mulheres em unidades operacionais vem compondo mudanças no cotidiano das relações. Tais mudanças aguçam o interesse em saber e compreender estas proporções.

A opção de estudar as componentes típicas da população observada, ou seja, as mulheres que trabalham no Batalhão de Choque, deu-se pela necessidade de informações sobre o comportamento das mesmas. O Batalhão que tem sede em Aracaju é dotado de estrutura adequada e confortável para os trabalhadores. Há alojamentos masculino e feminino, equipados com ar-condicionado e refeitório para aproximadamente 40 pessoas.

Os critérios de escolhas dos entrevistados tiveram como base o fato de estar trabalhando ou já ter trabalhado numa unidade operacional, preferencialmente o Batalhão de Choque por ser o local das observações.

A pesquisa foi realizada com a participação de nove mulheres policiais na condição de sujeitos centrais da pesquisa e três policiais masculinos na condição de sujeitos secundários. Os sujeitos centrais da pesquisa foram 08 mulheres que atuam ou atuaram no policiamento operacional, sendo-lhes aplicadas entrevistas semi estruturadas. Chegou-se a esse número, de acordo com a intencionalidade e disposição para as entrevistas, depois de diversos contatos, com cerca de quinze policiais. A maioria das entrevistadas, cerca de 40%, são do Batalhão de Choque, mas contribuíram para a pesquisa mulheres policiais da Companhia de Radiopatrulhamento e do Pelotão de Policiamento Ambiental, também unidades operacionais.

O policiamento de choque, nos diversos estados do país, tem em comum suas especificidades. Estas vão do Controle de Distúrbios Cíveis (CDC), motins e rebeliões em presídios, retomada de locais ou áreas ocupadas,



praças desportivas ao policiamento motorizado, ou seja, situações de grave comprometimento da ordem pública segundo as diretrizes observadas.

Em Sergipe, atualmente, o Batalhão de Choque conta com a seguinte estrutura: a 1ª Companhia de Polícia de Choque responsável pelo Controle de Distúrbios de Civis, pelo policiamento em presídios, estádios de futebol, reintegração de posse, entre outros. A 2ª Companhia de Polícia responsável pelo Policiamento Tático Motorizado (Força Tática), atuando na capital e área metropolitana, no policiamento ostensivo com viaturas, bem como no combate à criminalidade na área bancária e periférica. A 3ª Companhia de Polícia de Choque responsável pelo policiamento de operações com cães (canil), atuando nas praças desportivas e repressão às drogas¹²; e a 4ª Companhia de Operações Especiais que funciona, na prática, de modo independente do batalhão.

7. A instituição Polícia Militar: falta de estrutura para receber e manter as mulheres policiais em seu quadro organizacional

Nos discursos que se seguem, as entrevistadas, com frequência, fazem alusão à questão da falta de estrutura, da falta de preparo da Polícia Militar para receber as mulheres policiais. Polícia esta na qual, mesmo depois de duas décadas, como é o caso de Sergipe, ainda existem unidades que não dispõem de estrutura voltada para mulher, como por exemplo, alojamento feminino.

[...] a questão da estruturação da polícia para as mulheres não existe. Por exemplo, as mulheres estão na Radiopatrulha há mais de 14 anos e tem um ano apenas que foi criado um alojamento feminino, nem banheiro tinha. Nós usávamos os mesmos banheiros que os

¹² Dados obtidos com o responsável do PCSv (setor pessoal) do Batalhão.

homens e as mesmas instalações. Se tivesse uma mulher na guarda, ela ia ter que dormir junto com os homens porque não tinha alojamento, não havia essa capacidade gestora pra perceber que ela tinha que ter os seus aspectos respeitados. Quando eu trabalhei na guarda, dormia todo mundo de coturno porque os homens se sentiam pouco a vontade em que eu estivesse ali dentro e, eu me sentia pouco a vontade de estar ali também. Então são situações assim que durante o serviço é todo mundo igual, mas eu acredito que cada ser tenha suas especificidades respeitadas (PFem, 10 anos de serviço).

A falta de estrutura adaptada às mulheres, como acontece em alguns locais na Polícia Militar, perfaz um dos motivos que as fizeram se unir e fundar uma associação voltada para as questões do trabalho das mulheres no contexto da segurança pública do estado. Elas reivindicam melhores condições de trabalho, haja vista que essa falta de estrutura e acomodação para as mulheres provoca mal-estar e conseqüente perda no dinamismo do serviço operacional pelos desconfortos gerados no convívio laboral.

8. Ocupação de espaços antes dominados por homens: situações conflitantes

Há um jargão na PM que é sutilmente usado em tom de brincadeira: “o salário da polícia mais mal pago é o das mulheres”. É a maneira de colocar as mulheres em desvantagens em relação ao trabalho dos homens, haja vista o salário (soldo) ser igual. É a forma de dizer que elas trabalham menos, que são um subproduto do trabalho policial e eles, homens, tem que sofrer o dano de ganhar a mesma coisa que elas. Essa conotação de não estar em pé de igualdade sobressai nas falas a seguir:

Em relação ao trabalho, a polícia ainda não está preparada para a inserção da mulher. Foram colocadas como cotas e não se estava preparado para essa mudança, nem quem chegou (mulheres), nem quem estava (homens). As dificuldades de relacionamentos surgem, as diferenças de tratamento, ainda mais quando as mulheres se colocam como parte mais frágil aí é que isso se estabelece. Quando a gente se porta como frágil, eles nos tratam como frágeis e a exclusão é natural. Eles passam a lhe ignorar, isolam e passa a ser um faz de conta [...] você finge que trabalha e eles fingem que você tá trabalhando. Você precisa se impor pelo trabalho, pois quando o treinamento é dado, ele é dado de maneira uniforme, não tem um que rasteja e outro que não rasteja, mas cabe a postura de quem o recebe e a aplicação disso depende de cada um (PFem, 06 anos de serviço).

As demandas históricas que envolvem as mulheres em sua trajetória pelo mundo do trabalho aparecem nessa fala quando a mesma aponta para a importância de se impor pelo trabalho a fim de se fazer presente no campo de luta. Outra observação refere-se ao modo como os homens percebem as mulheres e as veem como frágeis, ou seja, o modelo masculino no qual o policiamento é embasado, o modelo de força, rigidez e posturas coerentes com a sistemática do trabalho policial. Segundo Scott (1999), os discursos que constituem a diferença sexual aparecem como produtores de conhecimento. Tais discursos, uma vez legitimados, produzem, por exemplo, o discurso de que as mulheres são fisicamente inferiores aos homens.

9. Relações de gênero e policiamento operacional

As reflexões obtidas a partir das concepções de gênero apontam para alguns eixos no que se refere à instituição policial com ênfase no



policciamento operacional. As relações implicam diretamente em hierarquias que se constituem em poderes nas práticas sociais (SOUZA-LOBO, 1991). Aceitação, rejeição, discriminação, negação, acomodação aos padrões existentes são algumas questões elencadas Nos discursos que se seguem:

O maior problema que temos hoje, nós mulheres, é a questão da aceitação perante os outros colegas. Há os que dizem em alto e bom som “eu não trabalho com mulheres” e nós não somos apenas mulheres, somos profissionais de Segurança Pública. Eu não entendo essa incapacidade da maioria dos colegas de compreender as funções desenvolvidas, pois somos pouco mais de trezentas e não temos só trezentos policiais na atividade meio, então [...] por que não se critica os homens que estão na atividade meio? Só as mulheres? Acho que é uma questão muito grande de preconceito, é um patriarcalismo extremamente arraigado que nós presenciamos na instituição (PFem, 10 anos de serviço).

[...] é o mundo dos machos, é o mundo dos homens, o mundo onde os modelos são totalmente masculinos [...] o modelo de sociedade já é masculina e aqui é muito mais. Se a gente sente a questão do machismo, do sexismo em outros setores da sociedade, aqui é três vezes mais. (PFem, 06 anos de serviço).

As relações de poder que se ocultam nas relações cotidianas entre homens e mulheres apontam para o preconceito e discriminação com relação às mulheres policiais. Com práticas de poder exercidos sobre os corpos, sem necessariamente tocá-lo como já fora evidenciado por Foucault (1987) é possível perceber que tais práticas se dão tanto pela questão numérica, haja vista os homens serem maioria como pela vigilância excessiva da conduta, pois as mulheres são observadas em tudo que fazem ou não dentro dos quartéis, sendo sempre motivos de questionamentos e conseqüentemente subordinadas ao controle excessivo, inclusive nas vestimentas.



Esse contexto estratégico de dominação se revela em diversas e complexas dimensões. O ser mulher, o ser mulher policial militar e o ser mulher policial militar no serviço operacional são diversos fatores que se articulam entre si e contribuem para a consolidação da discriminação nas relações que se formam no cotidiano do serviço operacional.

Na verdade a sociedade é machista, a polícia é machista e há toda uma predominância de um trabalho voltado para a força masculina. Mas, é como eu já falei, tem que haver uma batalha diuturna da mulher pra que ela possa realmente ser vista a priori, ser respeitada como policial, como profissional, como alguém também capaz de desenvolver as mesmas atividades, ou ainda melhor (PFem, 14 anos de serviço).

As dificuldades são inúmeras em aceitar e se propor a aceitar a mudança de modelos tão enraizados na sociedade sobre o papel da mulher. Como resultado, todas essas dificuldades vão se transformando em resistências ao sistema. Resistências estas, para as quais Foucault (2003) aponta as diferentes estruturas de poder e como este se constitui em elementos de recusa à sujeição estabelecida. Observe na fala a seguir um misto de indignação às estratégias que lhes foram impostas por serem mulheres na polícia, ao passo que há uma acomodação ao jogo proposto quando adota o discurso policial e a forma como se articularam dentro das relações de poder, principalmente quando as mulheres chegam a postos de comando.

A Polícia quer as suas policiais femininas atrás de uma mesa cheia de papéis. Para mim a polícia não está preparada ainda para a mulher enquanto combatente. A polícia como um todo, não está preparada [...] os homens que trabalham na polícia não estão preparados pra lhe dar com uma mulher combatente entende? Eu já ouvi de algumas oficiais mulheres o quanto é difícil administrar esses homens que estão sob o comando delas porque,



vira e mexe, eles meio que se rebelam por ser uma mulher no comando (PFem, 06 anos de serviço).

Essas recusas e conflitos gerados no cotidiano podem ser percebidos na maneira de adequação ao padrão masculino existente a fim de se tornar a “mulher combatente”. Voltamos ao pensamento de Foucault (1988) quando este coloca as formas da lógica da censura como difíceis de conciliar. Observa-se na fala acima a negação da possibilidade da instituição policial estar preparada para a participação efetiva das mulheres, a menos que seja para os padrões aceitos como feminino de trabalho burocrático ou de cuidados. Isso cala o real e acomoda a não existência de um trabalho policial efetivo que possa ser desenvolvido por mulheres ao fato da ordem já anunciar sua inexistência.

10. Indignação pelo não reconhecimento das capacidades inerentes à função: o “ser mulher” dificultando os acessos

Dos assuntos abordados, um dos que mais incomoda as mulheres no policiamento ostensivo é quando estas se veem confrontadas pela falta de confiança dos homens no trabalho desempenhado pelas mesmas. Os conflitos que emergem nesse cotidiano profissional abrem espaço para diversas reflexões sobre a luta por reconhecimento, bem como para as injustiças advindas do não reconhecimento de práticas de trabalho produzidas nesse cotidiano e que envolvem as relações de gênero, estas construídas socialmente conforme Scott (1988).

A busca pelo reconhecimento de um trabalho produtivo e eficiente, independente de ser mulher, constitui-se no desafio de muitas que estão inseridas no policiamento operacional atualmente. Como exemplo, observemos a indignação contida nos discursos que se seguem:

Eu sou uma espécie de “café com leite”, não me colocam num guarnição fixa, fico sempre rodando sem função estabelecida. Deixam-me de lado pelo simples fato de ser mulher. Um homem, por menor experiência que tenha na polícia, ou seja, o mais recruta de todos, tem mais moral do que eu, pois nele confiam e em mim não. É como se eu não existisse aqui! (PFem, 14 anos de serviço).

As mulheres são vistas como se fossem secretárias dentro da polícia. [...]. Eu não sirvo pra serviço burocrático, eu não fui treinada pra assinar papel, pra levar documento, eu fui treinada pra ser soldado de polícia, para o serviço operacional, pra atividade fim (PFem, 06 anos de serviço).

O não reconhecimento advindo das injustiças cotidianas gera desprezo social, dificultando a realização de justiça com relação às minorias (NEVES, 2002). Os discursos acima nos dão conta da manutenção do modelo de masculinidade, no qual a capacidade de tomada de decisão, a chefia, os atributos físicos continuam dominando a vida cotidiana de homens e mulheres que trabalham no serviço operacional.

Observa-se também nessas falas o pensamento de Foucault (1988) quando o mesmo diz que homens e mulheres são construção e consequência de uma estrutura de poder. Percebe-se a constituição de um poder tanto negativo como positivo nos discursos acima. Na primeira fala revela o poder negativo no qual as mulheres são anuladas e tratadas como se não existissem no âmbito do serviço operacional “sou uma espécie de café com leite”.

Na outra fala observa-se o sentido positivo do poder, sendo este motivo de resistência por parte das mulheres que se recusam a trabalhar somente em setores burocráticos da polícia e querem fazer parte do serviço policial propriamente dito, ou seja, da atividade fim.

É interessante observar as maneiras de fazer, Certeau (1994), tanto de homens como mulheres no cotidiano operacional da PM. Mesmo diante escalas de serviço afixadas, é possível perceber os homens querendo dar um



“jeitinho” de não ter mulheres na guarnição. Antes, estas precisam provar que podem dar conta do serviço proposto. Contudo, até que isso se torne prática, elas sofrem o constrangimento da preterição, de verem ainda alguns superiores utilizando das patentes para reorientar posições de modo que as mulheres se sintam como “menos um”, ou seja, tanta faz estar ali ou não.

Entretanto, essas desigualdades apontadas nas maneiras de fazer o cotidiano operacional revelam outras facetas. Segundo Honneth (2003), as desigualdades nas relações sociais fazem com que se adotem meios de garantir ao sujeito a preservação da autoestima.

11. Aspectos múltiplos do serviço operacional

A participação das mulheres no serviço operacional revela um número baixo como já foi exposto. O policiamento operacional é um lugar de ambiguidades, pois as mulheres e homens que trabalham no BPChq, por exemplo, também podem exercer funções administrativas concomitantes com as operacionais, dificultando a exatidão das ações desenvolvidas.

As impressões das mulheres que atuam nas guarnições no serviço operacional sobre o mundo masculinizado em que atuam:

O mundo masculino tem conversas próprias. Ter que limitar isso, se acomodar a outras maneiras de falar, é bem complicado. O mais fácil pra eles é tirar do meio quem se insurge contra isso, é excluir mesmo. Por exemplo, uma guarnição com quatro homens recebe uma mulher. Quando eles têm que limitar as conversas, a maneira de se portar muda, o trabalho que eles iam fazer já se torna limitado. As mulheres já chegam com a fama de certinha, de que não se pode conversar tudo na presença delas e isso se torna em limite. Elas preferem não ter a limitação no falar (PFem, 06 anos de serviço).



Contudo, há indignação por parte de alguns homens quando estes se deparam com mulheres que não desempenham as mesmas funções pelo fato de “ser mulher”. Por exemplo, quem trabalha na guarda do quartel e tem que cumprir os horários noturnos, nas madrugadas (conhecidos como quarto de hora) e se deparam com mulheres que não querem fazer esse trabalho: “Isso é injusto! eu trabalhar no lugar dela pelo fato de ser homem e ela ir dormir e ficar nos melhores horários sempre. Tem que dividir igual!” (PM, 14 anos de serviço).

Não vejo diferença. Já peguei algumas equipes que em princípio não queriam trabalhar com mulher, mas depois de dois serviços mudaram radicalmente de opinião. Eu acho que quem faz a opinião dos outros é você. Se você trabalha em pé de igualdade, sem frescura, como tem que ser numa unidade operacional, não há diferença nenhuma, não há preconceito nenhum. Isso é o meu ponto de vista, de que não há diferença nenhuma a não ser que a mulher se imponha diferente, do tipo, não posso fazer isso, não posso fazer aquilo. Quando você vai pra uma unidade operacional você tem que fazer tudo que um homem faz, do mesmo jeito ou melhor que eles (Pfm, 06 anos de serviço).

A marca comum aos discursos acima é o modelo masculino como regra no serviço operacional da PM. Tanto homens quanto mulheres apontam características como “guerreiro (a)”, daquele (a) que é “sem frescura” como sendo forte, e daquela que sabe “fazer do mesmo jeito deles”. Tais características são marcas do paradigma vigente no qual para que haja o mínimo de aceitação por parte deles ao serviço delas faz-se necessário tal acomodação.

Entretanto, podemos perceber avanços quando aparecem discursos que revelam atributos tidos como femininos sendo aliados ao modo de fazer masculino no policiamento operacional. Vejamos:

A mulher veio pra quebrar barreiras. Nós conseguimos chegar numa unidade operacional, mas isso a gente sabe que se demorou a conquistar. Havia muito preconceito em relação à mulher não ter capacidade, nem a força física que o homem tem. Entretanto, o que se requer na maioria das vezes são técnica e astúcia e isso homem ou mulher podem desenvolver. Então a contribuição que nós damos é trabalhar com a mesma competência e com um pouco mais de discernimento e atenção que falta aos homens nos momentos de emoção (Pfem, 06 anos de serviço).

A mulher é muito profissional, persistente naquilo que faz. Tem pessoas que independente de sexo se escoram nas outras, então não dá pra dizer por que é mulher, mas porque é profissional ou não. Normalmente a mulher é mais atenciosa, mais observadora. O grau de atenção em uma guarnição que tem mulher é bem maior (PM, 14 anos de serviço).

Como se pode observar, as mulheres no policiamento operacional desenvolvem táticas próprias para enfrentar as estratégias que lhes são impostas. Estas usam os atributos ditos femininos ao seu favor quando, em serviço, são percebidas como mais atenciosas, observadoras, ganhando assim espaço para atuar em um nível mais igualitário. Se o modelo, o padrão a ser seguido é o que exalta as características masculinas de força, rigidez e tomada de decisão rápida, as mulheres que se inserem no serviço operacional inovam quando além de se igualarem nos atributos de aceitação podem ampliar estes com características como maior atenção, sutileza, flexibilidade, sensibilidade, transformando estas em táticas a seu favor. Assim, a astúcia aparece quando as forças estratégicas que as relações de poder impõem não resta alternativa aos que se encontram na posição de fracos, tornando-se táticas (CERTEAU, 1994). Desse modo, o serviço operacional adquire maior completude em suas ações cotidianas quando conta com a presença de homens e mulheres em uma mesma guarnição.



12. Considerações Finais

O presente artigo analisou o cotidiano das mulheres que atuam no serviço operacional da Polícia Militar de Sergipe. Procurou compreender as estratégias propostas pelas relações de força estabelecidas no âmbito de trabalho, a fim de elencar possíveis situações de desrespeito e discriminação, haja vista o modelo de masculinidade ainda ser predominante no cotidiano das práticas policiais ostensivas.

No decorrer da pesquisa surgiram elementos importantes que instigam outros debates contemporâneos. As mulheres para se estabelecerem nesse espaço necessitam ser ágeis e contar com o fator surpresa em suas ações, ou seja, surpreender onde não se espera. O corpo aparece tanto como sujeito de uma disciplina rígida quanto proposta de novas ações a serem inseridas e pensadas no cotidiano dessas relações. Assim, as discussões elencadas na pesquisa suscitam novas indagações a respeito dessa presença feminina que aumenta, gradativamente, e que se propõe como possibilidades de pensar o outro, bem como a desenvolver novas maneiras de fazer, a partir das diferenças, mediante as condições sociais existentes.

Como resultado, as mulheres policiais surpreendem ao fortificar a outrora posição de fracas, a qual historicamente foram submetidas. Elas absorvem o modelo existente, transformam o espaço de trabalho com manobras astuciosas, assumindo formas diferentes de fazer aquilo que já está estabelecido como modelo para o policiamento operacional. Com essas manobras o serviço policial ganha em mobilidade, surgindo, assim, novas formas de fazer e de pensar o policiamento ostensivo.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Roberto (org.). Constituição do Estado de Sergipe de 1989. **Legislação Policial Militar do Estado de Sergipe**. Salvador: Garamond, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRUSCHINI, Cristina. O Trabalho da Mulher Brasileira nas décadas recentes. In: **Revista Estudos Feministas**, vol.2, nº3 out/1994. IFCS/UFRJ-PPCIS/UERJ. Rio de Janeiro. 1994.

CALAZANS, M.E. de. **A constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado) – UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Porto Alegre, 2003.

CAPELLE, Mônica C. Alves. **O trabalho feminino no policiamento operacional: subjetividade, relações de poder e gênero na 8ª Região de Polícia Militar de Minas Gerais**. Tese (Doutorado) – CEPEAD – Centro de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, Belo Horizonte, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer/ Michel de Certeau; tradução de Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Lúcia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1987, 280 p.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais**. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

LISTGARTEN, Silvia Caroline. **Diagnóstico identitário da policial feminina na Polícia Militar de Minas Gerais**. Monografia (Especialização) do Curso Superior de Administração Pública. Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2002.

MATOS, Marlise; CYPRIANO, Breno. **Críticas feministas, epistemologia e as teorias da justiça social: em busca de uma teoria crítico-emancipatória de gênero**. In: 32º Encontro Anual da ANPOCS. 2008.



NEVES, Paulo Sérgio da Costa. Direitos Humanos e cidadania simbólica no Brasil. In: **Direitos Humanos: Os Desafios do Século XXI uma abordagem interdisciplinar**. Rubens Braga Lyra, organizador. Ed. Brasília Jurídica –2002.

PINTO, Louis. Experiência vivida e exigência científica de objetividade. In: **Iniciação à prática sociológica/** Dominique Merllié... et al. ; tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

PORTO, Maria Stela Grossi. Realidade, representações sociais e Segurança Pública: uma interpretação. In: **Segurança pública: representações sociais e políticas de formação/** org. Joelina Menezes. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

RODRIGUES, Carla. **Diferença sexual, direitos e identidade: um debate a partir do pensamento da desconstrução**. In: Caderno Pagu. Janeiro-junho 2010, p. 209-233.

SCOTT, Joan. W. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1991. Tradução do original: Scott, J. W. *Gender: A Useful Category of Historical Analysis*. *American Historical Review*. New York: Columbia University Press, 1988.

_____, Joan. Igualdade versus diferença: os estudos da teoria pós-estruturalista. In: **Cidadania e feminismo: debate feminista**. São Paulo: Melhoramentos, 1999, p. 203-222.

SOARES, Barbara Musumeci. **Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro/** Barbara Musumeci Soares, Leonarda Musumeci; com Luciane Patrício e Angélica de Faria Silva. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade, in: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, C., in: **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 15 -23.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

TAKAHASHI, Emília E. **Homens e mulheres em campo: um estudo sobre a formação da identidade militar**. Campinas, 2002. Tese (doutorado) – UNICAMP